



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 2ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma híbrida, no Plenário da CMJP, aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 2023.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (AVANTE)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira – Marcílio do HBE (PATRIOTA)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão pelo bem (PATRIOTA)

Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)

Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (CIDADANIA)

Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (PMB)

Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga (PROS)

Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)

Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (PV)

Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)

Vereador Gabriel Carvalho Câmara – Professor Gabriel (AVANTE)

Vereador José Luiz Pereira Gonçalves – Bispo José Luiz (REPUBLICANOS)

Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo – Junio Leandro Agente de Saúde (PDT)

Vereador Luís Flávio Medeiros Paiva – Dr. Luís Flávio (PSDB)

Vereador Marcos Alexandre de Oliveira Lima Sobreira – Coronel Sobreira (MDB)

Vereador Marcos Bandeira Pequeno (PMB)

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PATRIOTA)

Vereador Ronivon Ramalho Diniz – Mangueira (PP)

Vereador Thiago Nóbrega de Lucena (PRTB)

Lista de vereadores presentes de forma virtual

Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (MDB)

Vereador Marmuthe de Souza Cavalcanti (REPUBLICANOS)

Ausentes com justificativa:

Vereadora Fabíola Levi Meira – Fabíola Rezende (PSB)

Vereador Emannuel Bezerra dos Santos (PV)

Vereador Bruno Farias de Paiva (CIDADANIA)

Ausentes:

Não houve.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 09h46, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária e convido o vereador Bispo José Luiz para ler o texto bíblico”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente colocou em votação a ata da 1ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e aprovada. Em seguida, o Sr. Primeiro-Secretário procedeu à leitura dos documentos do expediente em mesa*.

Memorando s/nº 2023 – Aatoria: GVBF

Assunto: Justifica ausência do vereador Bruno Farias das atividades legislativas entre os dias 11/02/23 e 01/03/23.

Justifica oral – Aatoria: GVFR

Assunto: Justifica ausência da vereadora Fabíola Rezende nesta sessão.

Justifica oral – Aatoria: GVES

Assunto: Justifica ausência do vereador Emano Santos nesta sessão.

1.1 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.1.1 Discussão das indicações em destaque:

Não houve.

1.1.2 Discussão dos requerimentos em destaque:

Após realização da Ordem do Dia, houve reabertura do Pequeno Expediente para votação do requerimento nº 1/2023 do vereador Marmuthe Cavalcanti. Requerimento derrubado pela maioria dos vereadores presentes.

1.2 Comentários

O Sr. vereador Marcos Henriques solicitou que fosse exibido um vídeo, no qual o vereador faz reivindicações em prol da classe dos enfermeiros e enfermeiras. Depois disse: "Isso foi hoje pela manhã, agora há pouco, ainda estão lá, na verdade, os enfermeiros e enfermeiras estão numa luta que



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

não é de hoje. Essa luta tem anos e anos que vem se desencadeando. Primeiro no Congresso Nacional, depois no Senado, o Executivo sancionou e aqui nós fizemos alguma emenda, vereador Marmuthe Cavalcanti também fez uma emenda e o vereador Bruno Farias também fez uma emenda, e essa emenda poderia ser acatada, mesmo que parcialmente, mas o Prefeito achou por bem não conceder essa emenda, vetar essa emenda, e o veto vem para cá e como vai ser bom receber os enfermeiros e enfermeiras aqui nesta Casa, vai ser muito bom, porque é importante essa Casa ter vida, as pessoas participarem do dia a dia desta Casa e eu vou ter muito prazer em recebê-los aqui. Então, é isso gente, registrar aqui que a luta da enfermagem não para, registrar aqui que a ação corre na justiça e esperamos muito que o juiz possa, no princípio da razoabilidade se posicionar já que tantos e tantos municípios, o próprio governo do Estado está pagando de maneira oportuna e tantos municípios que também estão pagando o piso da enfermagem que é o merecimento. Então, fica aqui a nossa disposição de luta e fica aqui também o nosso reconhecimento a esta brava categoria”.

O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Quero fazer o registro aqui de duas matérias, Presidente. Uma é do primeiro projeto hoje lido. Um projeto que visa alterar a nossa lei complementar municipal, que é o Código Tributário, fazendo uma equiparação até com uma lei federal, que nos processos administrativos tributários, em caso de maioria, obviamente, prevalece a maioria, mas em caso de empate, que se prevaleça a tese favorável ao contribuinte. Então, esse projeto foi protocolado, a gente tem sempre um viés que o contribuinte tem que ter menos burocracia, tem que ter mais atenção do poder público, então esse projeto com certeza visa a trazer mais benefícios ao contribuinte, que é realmente quem financia todos os recursos que nós temos hoje em nossa cidade. E também, Presidente, fazer aqui um registro, que vocês até que se cansem de me ver falar sobre o Extremotech, mas quero aqui trazer os resultados do ano de 2022. Quando a gente começou essa luta, em 2016, João Pessoa tinha, com as empresas de tecnologia, uma arrecadação de ISS de dois milhões, cento e cinquenta e nove (R\$ 2.159.000,00), em 2016, quando ainda pré-candidato, levantei essa bandeira naquela campanha. Depois de várias arrecadações por ano aumentando, no ano de 2021 foi para oito milhões, cento e trinta e dois (R\$ 8.132.000,00); em 2022, nós terminamos o ano com arrecadação de onze milhões, seiscentos e setenta e seis mil (R\$ 11.676.000,00). Isso com o ISS de 2%, trazendo uma carga tributária menor para as empresas, facilitando a contratação de mais pessoas, o desenvolvimento da cidade de João Pessoa e, pasmem, de 466 empresas que tínhamos em 2021, passamos para 627. Ou seja, em 2016, tínhamos 247, em 2022, temos 627. Então, não somente o faturamento das empresas está aumentando, isso quer dizer que tem dinheiro, mais recursos rodando em nossa cidade, gastando no nosso turismo, na nossa gastronomia, no nosso comércio, e também a arrecadação para a Prefeitura utilizar para o benefício da cidade de João Pessoa. Muito obrigado”.

O Presidente, Sr. vereador Dinho informou que fará, de maneira extraordinária, a votação de veto de emendas propositivas encaminhado pelo Executivo, disse que “regimentalmente a gente tem o prazo de duas sessões após a abertura dos trabalhos para votar os vetos”. O vice-líder Bosquinho informou que se tratava de veto parcial nº 141/2023, encaminhado pelo Executivo. O Presidente explicou que na ausência das comissões formadas, iria designar relator para apreciar e dar parecer oral, depois o plenário fará a votação do parecer e do projeto. Solicitou que o vice-líder, vereador Bosquinho, indicasse o relator para matéria. O indicado para relatoria foi o vereador Odon Bezerra. O Sr. vereador Marcos Henriques indagou qual matéria seria votada. O Presidente explicou que era um veto único que envolvia 20 emendas propositivas. O Sr. vereador Marcos Henriques indagou se o veto tinha relação com a LOA. O Presidente confirmou que tinha relação com a LOA, que eram vetos de emendas e que “o veto tranca a pauta, tem caráter de urgência”. O Sr. vereador Marcos Henriques solicitou que



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

fossem votados na próxima sessão ordinária. O Presidente disse que “pelo Regimento, deve ser votado nesta sessão”. O Sr. vereador Milanez Neto explicou que “além de veto trancar pauta, engessa o orçamento. É importante que a gente vote para tratar o orçamento com a tranquilidade que é necessária”. O Presidente colocou que a votação “é em caráter de urgência urgentíssima”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse que “se o veto tranca a pauta e a gente não resolver, não teríamos como trabalhar”. O Presidente reiterou a urgência de apreciação da matéria.

1.3 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

1.4 Demais comunicações

O Presidente, Sr. vereador Dinho, registrou a presença na galeria da CMJP de oficiais do GAP e do BOPE que foram homenageados pelo vereador Tarcísio Jardim.

2 ORDEM DO DIA (*)**

Apreciada a seguinte matéria extrapauta:

ITEM único: VETO PARCIAL 141/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO AO PROJETO DE LEI 1202/2022, DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA (LOA-2023) - EMENDAS PROPOSITIVAS.

Discussão: Inicialmente o Sr. Presidente abriu votação para decidir se o vereador Odon Bezerra seria ou não o relator do veto número 141/2023, após indicação do vice-líder do governo, Sr. vereador João Bosco - Bosquinho. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Essa matéria é extremamente polêmica. Trata-se de uma matéria que está mobilizando toda uma cidade, por conta do não pagamento do piso da enfermagem. Essa matéria é uma matéria que está sendo aguardada pelos trabalhadores e trabalhadores da enfermagem. Eles queriam dialogar com os vereadores para a derrubada desse veto. Então a gente está prejudicando toda uma estratégia da classe trabalhadora, de poder dialogar com os vereadores para derrubada. Então fica aqui a minha contraposição a isso, porque não se discutiu e não se divulgou isso. As pessoas achavam que tinham mais tempo para poder dialogar com os vereadores. Então eu não concordo”. O Sr. vereador João Bosco - Bosquinho disse: “Apenas para justificar a votação dessa matéria. Ela fica travando a pauta. Esse veto é 3 de emendas propositivas, não são de emendas impositivas. Porém, ao não apreciar essa matéria, ela fica constando ao orçamento. Eu compreendo a preocupação do vereador Marcos Henriques que defende a categoria, como vários outros vereadores aqui, e não é isso que vai firmar esse compromisso da gestão de fazer e honrar esse pagamento. Com certeza o prefeito Cícero está com sua equipe se debruçando em cima dos números, para fazer com que isso ocorra no município de João Pessoa. Então peço que o plenário possa compreender nesse instante, como já disse e repito a indicação do vereador Odon Bezerra para que possamos destravar a pauta”. Logo após, foi aprovada a indicação do governo ao relator da matéria, Sr. vereador Odon Bezerra.

Votação Simbólica da permissão de Odon Bezerra para relatoria da matéria (**):** favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 06.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho, confirmou o vereador Odon Bezerra como relator da matéria. Após definição do relator, deu-se início a apreciação do veto por parte da CCJR.

Apreciação no âmbito da CCJRLP

Parecer oral: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Primeiro agradecer a confiança da liderança em nosso nome para relatar tão importante matéria, num momento crucial. Destruar e dar seguimento a toda uma administração que está sendo desenvolvida na cidade de João Pessoa. Respeito os posicionamentos em contrário explanado pelo vereador Marcos Henriques, toda via, em uma singela análise feita agora pela manhã, vereador Marcos, eu vou corroborar com o que está na mensagem. Mas farei a leitura porque, na mensagem de veto, eu vou incorporar ao meu relatório e, por isso, eu vou fazer a explanação dizendo quais são as matérias que vão ser votadas e quem são os autores”. Em seguida, realizou a leitura das seguintes emendas: número seis, do Sr. vereador Bispo José Luiz; número oito, do Sr. vereador Bispo José Luiz; número 20, do Sr. vereador Bruno Farias; número 21, do Sr. vereador Bruno Farias; número 22, do Sr. vereador Bruno Farias; número 23, do Sr. vereador Bruno Farias; número 53, do Sr. vereador Marcos Henriques; emenda aditiva número 54, do Sr. vereador Marcos Henriques; número 194, do Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti; número 195, do Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti; número 196, do Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti; número 197, do Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti; número 210, do Sr. vereador Damásio Franca Neto; número 211, do Sr. vereador Damásio Franca Neto; número 212, do Sr. vereador Damásio Franca Neto; número 213, do Sr. vereador Damásio Franca Neto; número 227, do Sr. vereador Toinho Pé de Aço; número 228 do Sr. vereador Toinho Pé de Aço; número 229, do Sr. vereador Toinho Pé de Aço; emenda 254, do Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti. Em seguida, prosseguiu a leitura e endossou a manutenção do veto.

Votação Simbólica do parecer da matéria (**):** favoráveis: 15; contrários: 04 (Junio Leandro, Marcos Henrique, Carlão e Marmuthe Cavalcanti); abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: aprovado o parecer.

Apreciação e discussão da matéria: O Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho iniciou o debate da discussão do veto pelos vereadores que tiveram suas emendas vetadas, colocando que era um único veto de diversas emendas, então não seria feito individualmente porque era um veto geral, “são emendas propositivas, nenhuma emenda impositiva foi vetada”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Obrigado, senhor Presidente. É perfeitamente compreensível, por se tratar de uma emenda propositiva, que o Prefeito pode ou não acatar. Gostaria que essas emendas tivessem sido acatadas, mas se isso traz qualquer problema dentro do seu orçamento, então não tenho nada contra o veto do Prefeito”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhor Presidente, há minutos, vossa excelência não votou o projeto de Marmuthe, porque ele estava ausente. Então também não pode votar esse de Bruno porque ele também está ausente”. O Sr. Presidente Dinho explicou: “Não, vereador, trata-se de veto, não se trata de projeto e o vereador Marmuthe está presente. Se ele quiser e o plenário aprovar, pode, sim, o requerimento dele ser votado no dia de hoje, porque no horário regimental ele não se encontrava, mas ele estando presente na sessão, cabe ao vereador solicitar”. O Sr. vereador Marcos Henriques continuou: “Senhor Presidente, vamos deixar uma coisa bem clara aqui. Os vetos não estão na pauta, entraram agora de maneira emergencial e estão aí porque a Mesa Diretora concordou que têm que estar, porque esses vetos poderiam muito bem serem votados em outro dia, não trancaria a pauta”. O Sr. Presidente Dinho interveio e disse: “Não tem pauta porque o veto está trancando a pauta”. O Sr. vereador Marcos Henriques insistiu: “Mas não entrou o veto”. O Sr. presidente Dinho disse: “E você acha que eu vou aguardar três, quatro, cinco sessões para fazer votação nessa Casa? A Mesa Diretora



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

precisa trabalhar. Não tem projeto porque o veto está trancando”. O Sr. vereador Marcos Henriques retomou a palavra e disse: “ Não, porque ainda está passando nas comissões, vossa excelência disse. Então, vamos para esse meio de campo. Esse veto está vindo porque é polêmico, porque tem o pessoal da enfermagem que tem interesse nesse veto. Então, é isso que está acontecendo. Eu quero justificar que, pelo que eu vi aqui, a questão é política. Não é anticonstitucional, todos nós sabemos que o veto é discricionário. O Prefeito, ele pode ou não aceitar, isso é claro. Então o que eu estou entendendo aqui é que houve uma vontade política do Prefeito vetar, por quê? Porque esses sessenta milhões que eu coloquei, tirei de dívidas a pagar, ele poderia muito bem ser recomposto, através dos sessenta milhões que vão entrar agora, do BRB e outros acréscimos, que eu deixei bem claro no meu projeto de lei. Então, que fique bem claro que é uma questão política do Prefeito não querer pagar o piso da enfermagem. Ponto. Então, eu me posiciono contrário e irei ingressar na Justiça contra esse veto do prefeito Cícero Lucena e vamos ver o que é que vai dar. Mas não estou aqui contestando. O que eu acho é que é que esse projeto entrou de maneira intempestiva”. O Sr. Presidente Dinho disse: “Respeito sua posição, vereador, porém eu só não concordo que a Casa está fazendo política. Se faz parte do governo é uma coisa, agora, a Casa, regimentalmente a segunda sessão ordinária do ano, a gente já tem que começar a tramitar. Inclusive, também, a gente não pode ficar parado. Já estão definindo comissões e se a gente não apreciar essa matéria, mesmo propositiva, e aí eu deixei bem claro, é uma matéria que não é impositiva. Não houve nenhum veto das emendas impositivas dos vereadores que, inclusive, trata-se das nossas emendas impositivas. O Governo vem apreciando, mas a Casa não pode ficar omissa. Matéria relativa a propositura de cada vereador e eu respeito cada vereador aqui, acabei até de registrar a presença do vereador Marmuthe. Não cabe, agora, a gente discutir a matéria dele, mas se ele solicitar iremos, sim, discutir no dia de hoje, mas a gente não pode pecar por omissão. A Casa precisa dar andamento. Então, assim, respeitando e respeitando também seu posicionamento Marcos”. O Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “No início da sessão eu estava participando de um movimento dos enfermeiros e enfermeiras. Peço que fosse pautado meu requerimento para ser aprovado e também abrir essa discussão sobre o veto que foi colocado hoje, pois fui pego de surpresa pois não estava na Ordem do Dia. Lamentavelmente, a gente não pode se preparar melhor para fazer defesa dessa derrubada desse veto, até porque a gente sabe que é uma questão política. O prefeito e a gestão sabem muito bem que existe total interesse da categoria e lamentavelmente estou vendo uma cena que eu não gostaria de assistir mais uma vez nessa Casa. Era para eu estar aí hoje participando junto com todo o movimento, se eu soubesse que estaria pautado hoje, eu tinha trazido todo o movimento para a Câmara Municipal porque a gente sabe muito bem que a gestão não paga porque não quer o piso salarial da enfermagem. Lamentavelmente, a gente percebe que a defesa que foi dada para poder se aplicar o veto não se justifica, não se sustenta, tanto que até o próprio presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, o líder do governo, também destinou emendas. Então, está claro e evidente que a gente agiu de forma legal, de forma prudente na emenda de remanejamento e por isso quero me manifestar contrário ao veto, pela derrubada do veto”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho disse: “Lamentavelmente, os vereadores precisam ler o Regimento dessa Casa, porque fazer política é aqui na tribuna para ser feito. Mas jogar esta Casa contra uma categoria onde a câmara está fazendo seu papel, lamentavelmente os vereadores aqui, em vez de se unirem, realmente isso é jogar o poder contra instituições. Os vereadores deveriam ler o Regimento Interno dessa casa que é o que rege os trabalhos. Não existe pauta, porque os vetos estão trancando e os vetos vão ser votados, porque a Casa precisa dar andamento e não vai paralisar porque os vereadores não leem o Regimento Interno”. O Sr. vereador Toinho Pé de Aço disse: “Diante dessa situação do Prefeito informar o orçamento, eu vou ter que concordar com o veto do Prefeito, mas lamentando porque minha intenção era só para ajudar o povo de João Pessoa”. O Sr. vereador Junio



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Leandro disse: “Senhor presidente, é só para ver na questão do Regimento, porque eu tenho algumas dúvidas para sanar aqui. Se a gente está votando o parecer do relator como comissão ou já como plenário? E eu queria ver no Regimento Interno o que é que se faz na ausência de comissões, porque eu estou procurando aqui e confesso que não estou encontrando. Se pode votar projeto ou veto sem ter que tramitar pelas comissões. E aí eu vi que o senhor designou um relator, mas para qual comissão? E aí os membros dessa futura comissão poderão votar só o veto? Aí eu estou com essa celeuma de dúvidas na cabeça”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho disse: “Eu explico agora mesmo, vereador. Na ausência das comissões formadas, em *ad hoc* foi sugerido pelo líder do governo, na ausência de Bruno Farias, o vereador Bosquinho, para que se designasse um relator, excepcionalmente, na ausência das comissões, um vereador para relatar, e foi designado e votado em plenário o vereador Odon que deu o seu parecer e que está sendo apreciado agora em plenário. É o que diz o Regimento, na ausência das comissões se nomeia um relator especial para relatar a matéria como foi designado o vereador Odon e dado o parecer”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Primeiro é trazer o trabalho da Mesa Diretora que está preocupada de fato com a celeridade da Casa. A preocupação está sendo essa. A gente está fazendo a votação de vetos independente da matéria que seja tratada nas emendas propositivas. Então, quero deixar isso claro que a Mesa Diretora entendeu por celeridade. Então aqui fazer essa defesa da Mesa Diretora e a execução dos trabalhos do presidente Dinho. Por outro lado, quero fazer a minha crítica ao Prefeito que vetou a emenda de recursos destinados à enfermagem. Essa matéria está sendo debatido a todo instante no governo federal, é pauta de urgência urgentíssima diante da Assembleia Legislativa da Paraíba. A Câmara Municipal de João Pessoa não pode se furtar a fazer esse debate porque o piso salarial da enfermagem é uma conquista e nós devemos aqui se debruçar sobre ela e a crítica que vai ao Prefeito por ter vetado essa emenda ou não ter dado tempo suficiente para o debate, e aí o vereador Marcos Henriques, vereador Marmuthe, ou qualquer outro vereador que queira se debruçar e tratar da matéria. Penso eu que a Mesa Diretora acertadamente colocou esse debate agora porque os vetos travam a pauta, mas ter vetado o piso salarial da enfermagem, a Prefeitura Municipal de João Pessoa foi um erro gravíssimo”. O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Eu ouvi no início da sessão que parece que após esse veto não terá mais projetos a serem votados, não é isso? Então eu não vejo dificuldade de colocar esse veto para ser votado na próxima sessão, assim que abrir os trabalhos. Ao iniciar com esse veto na próxima sessão, vota ele, destrancando a pauta. Eu achava que tinha projetos a serem votados hoje, que precisavam ser votados hoje, excepcionalmente. Como não tem propositura nenhuma para ser votada no dia de hoje, após esse veto eu não vejo problema da gente dar a oportunidade da casa do povo receber quem de fato vai ser atingido diretamente com essas emendas, que é a população, para que eles possam vir aqui expor porque, na verdade, a gente está aqui representando eles, representando essas pessoas. Então, assim, se não tem projeto para ser votado após esse veto eu não vejo problema da gente fazer um gesto em favor da população. Só para finalizar minha discussão. Se não tem projeto após o veto, não tem motivo algum da gente ter essa celeridade para votar no dia de hoje. Poderia votar na próxima sessão assim que abrir a sessão e aí sim votar os outros projetos”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Presidente, só para a gente colocar as coisas de forma muito clara para que amanhã não venham fazer política com individualidade de qualquer tipo de vereador. Primeiro que as emendas que nós estamos votando hoje, o veto do Executivo, ele não trata de emenda de oposição ou de governo, o líder do governo é quem mais tem emenda sendo vetada. Segundo, essas emendas sugestivas não garantem pagamento de piso de enfermagem em canto algum, é importante a gente deixar isso claro para amanhã não estar em matérias de jornais que não pagamos porque nós votamos algo contra os enfermeiros. Eu acho que aqui é unânime na Casa que todo mundo defende, e não só defende como participa da discussão do pagamento do piso nacional da enfermagem. Eu quero colocar isso de forma



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

muito clara para que amanhã não venham dizer que algum vereador, A, B ou C, foi contra a classe da enfermagem”. O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Vereador Milanez, V. Ex.^a foi pontualíssimo. Nem sou líder do governo, nem de situação ou de oposição, eu estou aqui conduzindo, mas deixei claro isso aqui antes da discussão. São emendas propositivas, o arquivamento ou não desta matéria não impede pagamento de piso. Se o governo quiser pagar, o governo pague. Se o governo disser que não tem orçamento, não pague. Essa matéria não vai influenciar em nada, agora, para o trâmite dos trabalhos desta Casa, nós temos que votar, sim, esse veto porque está trancando a pauta, está trancando outros projetos para serem discutidos nessa Casa. Então, também para que fique bem claro isso, não é aprovação ou negando a matéria, ou a manutenção desse veto que vai oferecer o pagamento ao piso, até porque o Governo Federal, salvo engano, ainda tem de votar no Senado e ainda tem que haver o repasse para os municípios. Então, aí cabe, se o governo estiver financeiramente organizado para pagar ou não, e aí cabe ao governo discutir isso. Agora, esta Casa não pode ficar com a matéria trancando pauta para que outras sejam prejudicadas”. O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Exatamente, Presidente, eu vou só trazer um exemplo, justamente endossando o que o vereador Milanez falou. Ano passado, eu coloquei uma dessas emendas propositivas para o Programa Bolsa Atleta municipal. Foi aprovado e o programa não foi executado. Nesse ano, coloquei de novo. Ou seja, não gera obrigação nenhuma, aprovado ou não, de a Prefeitura executar. Estamos propondo, sugerindo que a Prefeitura acate. Uma questão do piso, não vai ser de fundo unicamente proveniente de Prefeitura e Governo do Estado que vai se conseguir pagar, principalmente as prefeituras. O Governo Federal vai ter que dar um subsídio para isso, vai ter que dar um suporte, foi dito isso lá atrás, aprovaram um piso sem a previsão de fundo. Então todo mundo aqui é a favor do piso, acho que não tem ninguém nessa Casa contra o piso da enfermagem, absolutamente ninguém. Todo mundo lembra, ainda está muito fresco na memória de cada um o que esses profissionais fizeram por todos nós durante a pandemia, isso não vai ser esquecido e eu tenho certeza que o Prefeito não vai ter nenhuma dificuldade de pagar esse piso assim que o fundo estiver à disposição”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 15; contrários: 04 (Junio Leandro, Marcos Henrique, Carlão e Marmuthe Cavalcanti); abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho, declarou mantido o veto.

Declaração de voto: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Cada um sabe o que votou aqui. Cada um sabe o que acabou de fazer aqui nessa Casa, hoje. O vereador Junio Leandro foi perfeito: essa matéria podia muito bem, o veto, ser feito quinta-feira porque não tem nenhuma matéria para se fazer. Isso foi apenas uma coisa premeditada. Então vamos dizer assim: ‘olha, o governo mandou essa matéria para cá e eu quero que vote contra’. Pronto, foi isso. E aí vocês inventam o discurso que quiser, fazem o discurso que quiser, para justificar. Discurso eloquente, tribunos. Pois vão, façam. Vocês sabem o que fizeram para os enfermeiros e as enfermeiras”. O Sr. vereador Bispo José Luiz: “Só deixar claro que não sou contra pagamento de piso de enfermagem nenhum, sou a favor. Eu acho que esses profissionais merecem toda a consideração. Agora dizer que uma emenda propositiva, votando contra ou a favor, vai beneficiar ou prejudicar profissionais de enfermagem? Isso não é verdadeiro. Se não é verdadeiro, então não sou contra pagamento de piso de enfermagem e o governo tem essa prerrogativa de aceitar ou não, uma emenda propositiva”. O Sr. vereador Carlão pelo bem disse: “Presidente, sabemos muito bem as razões de emenda propositiva e a gente não pode desqualificá-la. As emendas propositivas têm um papel fundamental de orientar o Executivo trazendo, inclusive, sensibilidade que, muitas vezes, ele sentado numa cadeira, não consegue enxergar. Então, as emendas propositivas devem ser valorizadas, senão a gente vai ter que tirar do Regimento. Mas verdade seja dita, uma vez essas emendas aprovadas, a gente sabe muito bem que ela não comprometeria o orçamento e, não comprometendo o orçamento, seria um grande sinal e um gesto à categoria de



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

enfermagem feito pelo chefe do Poder Executivo. Agiu de maneira errada, precipitada, não tinha necessidade nenhuma de vetar essas emendas, ela não comprometia orçamento, ela fazia um sinal para esses profissionais de enfermagem. Se todos nós quisermos um sinal, e sabemos que esse sinal deve ser dado a esses grandes profissionais, esse veto deveria ter sido de fato derrubado. Se não compromete o orçamento, qual o risco que nós correríamos? Então fica, aqui, o gesto, continuo dizendo e afirmando, seria um gesto para a categoria, sim, de enfermagem, ainda que não comprometesse o orçamento. Não compromete o orçamento, não tem obrigatoriedade do pagamento, o debate já está sendo feito em Brasília, está sendo feito na Assembleia Legislativa e tem que ser feito aqui. E eu penso que errou o chefe do Executivo e a gente erra também ao não fazer esse gesto, nem que fosse simbólico, com a categoria da enfermagem”. O Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Presidente, lamentavelmente, eu estou vendo a Câmara, o Poder Legislativo se apeguar a partir do momento em que a gente começa a debater aqui poderes que nós não temos. Então, eu tenho aqui uma ideia propositiva: acabe com as emendas propositivas, já que tanto faz como tanto fez. Se foi questionado, se foi colocado aí, não, mas tanto faz, se ela for aprovada ou não, não garanto o pagamento. Por que não derrubamos o veto? Por que não derrubou o veto? Porque sabe que se tivesse sido derrubado o veto, o Prefeito ia ter realmente que criar, fazer o malabarismo para garantir o pagamento. Então, não venham com essa história de tentar induzir a erro a população que está nos acompanhando, nos assistindo. As pessoas vão fazer o seu juízo de valor no tempo certo, na hora certa, saber de fato quem está do lado da sociedade, quem não está. Então, lamentavelmente, digo, tenho uma ideia propositiva: vamos acabar com as emendas propositivas, já que elas não servem de nada”. O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Quando um vereador lança uma emenda propositiva, foi dito que o Prefeito pode acatar ou não, é verdade, mas o vereador tem que se valorizar e dizer que cabe ao Prefeito aceitar o veto ou não aceitar o veto. A gente tem que se valorizar e mostrar que a gente também pode contribuir com o orçamento dessa cidade. Vários projetos que a gente tenta fazer é vetado porque não é de responsabilidade, porque mexe com orçamento e tal. No momento que a gente tem essa oportunidade, a gente não pode interferir na elaboração em matéria tão importante. Eu quero dizer ao pessoal da enfermagem o seguinte: já foi votado aqui várias realocações orçamentárias que eu acho que dá muito mais que esses valores aí. E eu não vejo problema em a câmara de vereadores também ter direito de votar uma realocação orçamentária como essa. Se a gente derruba esse veto, o Prefeito teria sim que fazer essa realocação e pagar o piso da enfermagem. O meu desejo é, e eu quero deixar claro para o pessoal da enfermagem, que venha para essa Casa uma realocação orçamentária que seja do Executivo ou de onde for e que garanta o pagamento até que Brasília faça esse repasse, porque a secretaria de saúde hoje está com o orçamento apertado, mas nada impede que se faça uma realocação de outros lugares para que complemente esse valor e pague o piso tão merecido desses profissionais”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho disse: “Eu quero dizer que eu não serei o autor e nem colocarei nenhuma matéria que venha prejudicar qualquer vereador que seja nesta Casa, porque as emendas propositivas são sim um mecanismo de instruir e orientar o Executivo para algumas metas que a gente acha necessário. Então, se o vereador acha que tem que acabar com as emendas propositivas, faça a proposição. Só não serei eu que farei, porque o benefício que cada vereador tem aqui, não serei eu que irei retirar nem do Regimento, nem de projeto de lei”.

Após o término da Ordem do Dia, o Presidente indagou se seria possível reabrir o Pequeno Expediente para votação do requerimento nº 1/2023, do vereador Marmuthe Cavalcanti. A maioria dos vereadores presentes aprovou a reabertura do Pequeno Expediente.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

PEQUENO EXPEDIENTE

1.1.2 Discussão dos requerimentos em destaque:

REQ-Constituição de com. de estudos, processante nº 1 de 2023, de autoria do vereador Marmuthe Cavalcanti.

Discussão: O Sr. vereador Bosquinho indicou pela derrubada do requerimento. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhor presidente, o prefeito Cícero Lucena, quando esteve aqui, falou dessa engorda e isso causou um rebuliço, porque na própria reunião que estava discutindo as questões climáticas isso se levantou. Hoje, às 19 horas, a gente vai estar fazendo esse debate no Sindicato dos Bancários. E é importante também que esse tipo de discussão que o vereador Marmuthe traz, a Casa possa incorporar para ajudar no debate com a sociedade e com os ambientalistas. Então, eu queria que esta Casa pudesse reconhecer a solicitação do vereador Marmuthe”. O Sr. vereador Carlão disse: “Senhor presidente, a gente está falando de um assunto que mexeu com toda a cidade de João Pessoa, e posso dizer que mexeu com a Paraíba. As nossas praias são patrimônios do Estado e o que foi falado pelo Prefeito da cidade trouxe graves preocupações ambientais, trouxe graves preocupações com quem ama a cidade de João Pessoa, o *trade* turístico também se preocupou com isso. Casos inclusive de insucessos em ações de engorda, o que pode trazer grandes prejuízos para a cidade. E eu vejo a criação dessa comissão como algo importante, é fundamental, principalmente se o projeto ainda não está pronto ou completo. A Câmara tem que fazer parte deste debate, instituições de Meio Ambiente, proteções de áreas marítimas, é preciso ampliar o debate. Então a gente precisa entender o que está acontecendo, para que a partir daí a gente possa mostrar à sociedade o papel da câmara, a criação de uma comissão é essencial para que se traga transparência e clareza das pessoas”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Na verdade, eu acho que precisava ser lido esse requerimento para saber o que é. Eu sei que Carlão falou, Marcos Henrique falou, mas saber o que é esse requerimento de Marmuthe”. O Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Eu não sei por que tanta polêmica em instalar uma comissão para acompanhar um projeto de extrema importância como esse que o Prefeito suscitou na volta aos trabalhos da Câmara. Eu não sei por que esse medo, esse receio da representação da base do governo em instalar essa comissão. Mais uma vez, os nossos colegas tentam apenar a nossa importância, o nosso papel na Câmara Municipal de tentar trazer para a sociedade as informações às claras. Essa comissão vai servir inclusive para ajudar o governo municipal a fazer o que ele quer, porque, de certa forma, a gente vai estar trabalhando para ajudar, não para atrapalhar. A gente quer trazer técnicos, pessoas que sejam realmente ativistas, ambientalistas, pessoas realmente capacitadas para essa discussão para que a gente possa trazer para sociedade a informação de forma muito clara. Então, é lamentável que a instalação de uma Comissão, a representação da base na câmara está querendo tolher esse direito. Eu peço ao vereador Bosquinho que reveja esse pedido porque, na realidade, o que a gente mais quer é ajudar e colaborar com a gestão para poder de fato mostrar se ela está certa ou se está errada, porque a gente vai trazer pessoas extremamente capacitadas para abrir esse debate na Câmara Municipal. A Câmara Municipal não pode se furtar, está querendo realmente tirar o direito da Câmara de participar desse protagonismo. A Câmara Municipal não pode se furtar desse debate porque estamos tratando de um projeto que pode trazer ou grandes benefícios ou grandes malefícios à cidade de João Pessoa e a Câmara não pode ficar à revelia disso. Então, lamentavelmente é tomada hoje essa postura por parte da representação da base e isso infelizmente só tira mais ainda o poder de representação da sociedade que nós temos. Vamos parar com isso, já chegamos no limite”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Registrou-se voto contrário dos vereadores ao requerimento - Marcílio do HBE, Thiago Lucena, Damásio Franca Neto, Bosquinho, Odon Bezerra, Eliza Virgínia, Milanez Neto, Carlão, Marcos Bandeira, Chico do Sindicato, Durval Ferreira, Mangueira. Sendo a maioria contrária, o requerimento foi derrubado.

Situação: Derrubado o requerimento.

Após a votação do requerimento, o Presidente convocou o vereador Tarcísio Jardim para realizar a entrega de uma homenagem para policiais civis nas dependências da CMJP. Terminada a homenagem, teve início o Grande Expediente.

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “Queria dar as boas-vindas a todos esses guerreiros e guerreiras que estão aqui. As boas-vindas porque eles não estão aqui de graça, eles estão aqui porque eles vêm de uma luta de cinco anos em defesa do piso salarial da enfermagem. Eles estão aqui porque não aguentam mais serem tão desrespeitados pelo poder público. Eles estão aqui porque eles não aceitam dois pesos e duas medidas, de você ter uma prefeitura que paga e outra prefeitura que não paga. Ter o estado que paga e outro que não paga. O piso nacional é lei. Nós fomos ao Congresso Nacional, fomos ao Senado, foi sancionada pelo Executivo e para o trabalhador muitos entraves se estabelecem. O Supremo Tribunal Federal se meteu, porque todo mundo gosta de se meter quando é uma coisa boa para o trabalhador, mas a luta do trabalhador não para por aí, porque todos nós sabemos da dificuldade que encontramos. E nós tínhamos, e temos aqui nesta Casa um local em que se faz importante a gente repassar para o prefeito de João Pessoa, a temperatura, a vontade da categoria, e a vontade da categoria é de pagamento já para o piso da enfermagem. Ainda hoje pela manhã, uma companheira, acho que foi Silvana, me abordou e disse: ‘quando é que vai ser votado?’ Eu disse, olha, hoje não é, porque eu já vi toda a programação e não é. Mas o veto não chegou, a proposta do veto chegou, e chegou de uma maneira que logo no começo eu disse, gente, o pessoal da enfermagem quer dialogar com os vereadores. O pessoal da enfermagem não está aqui única e exclusivamente, como alguns disseram aqui, para fazer baderna, porque trabalhador não faz baderna, trabalhador está aqui porque quer chegar para o vereador e dizer o seguinte: se a gente derrubar esse veto dificilmente o Prefeito não vai pagar, porque a derrubada de um veto representa uma causa e nós fomos podados de fazer essa luta. Não, mas está trancando a pauta. Não tem nenhum projeto nesta Casa. Esse veto poderia muito bem vir quinta-feira, e quarta e quinta a gente ter dialogado com os vereadores, com a Mesa Diretora, e a gente ter acordado aqui que essa Casa iria passar o veto, derrubar o veto, mas nós fomos podados. E eu disse na minha primeira fala que a categoria da enfermagem estava mobilizada e eles querem participar da vida desta Casa porque, como vocês mesmo disseram, aqui é a casa do povo. Então esse debate veio para aqui e cada vereador e vereadora sabe em que votou, votaram conscientes, votaram conscientes. Cada um sabe o que fez aqui nesta Casa. Então, eu quero dizer a vocês que cabe uma pressão ao Executivo, sim, independente da manutenção ou derrubada deste veto, porque segundo a Prefeitura vai entrar 60 milhões agora provenientes da troca irresponsável do Bradesco pelo BRB. Além disso, existe uma ação popular impetrada pelo nosso mandato que hoje é o último dia da Prefeitura juntar a documentação e logo em seguida o juiz, o senhor Aluizio Bezerra Filho, dar o seu despacho e eu espero que esse despacho do juiz Aluizio Bezerra retrate exatamente a vontade da enfermagem, que é uma categoria que lutou e luta, é uma categoria que durante a pandemia, quantas e quantas colegas tombaram nessa pandemia. Quantos e quantos colegas estão acreditando e lutando



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

para que seja dado o piso da categoria porque eles têm consciência da luta que fizeram. Então eu queria nesse momento parabenizar todos e todas. Dizer que a nossa luta só vai acabar quando tiver o piso da categoria nos contracheques. Vocês podem contar com toda a nossa luta, podem contar com a minha participação em todos os atos, com a minha ajuda e principalmente com a organização da categoria junto com os sindicatos, porque nenhuma categoria sem organização não vai a canto nenhum e essa categoria de vocês da enfermagem já deu vários exemplos de luta, já deu vários exemplos de mobilização, e nós não iremos parar, nós só iremos parar quando nós tivermos, não só tivermos o piso no contracheque, mas tivermos o Plano de Carreira que é fruto de uma luta muito grande aqui. Está Milca aqui que não vai me deixar mentir. A gente tem uma luta para discutir o Plano de cargos, Carreira e Remuneração da enfermagem. Conseguimos, recentemente, a lei de descanso que tanto o sindicato quanto o Coren podem fiscalizar todos os espaços para ter um espaço adequado, de respeito, climatizado para enfermeira e o enfermeiro poderem descansar. Então, gente, quando eu vi esse projeto aqui eu fiz algumas ligações e vocês felizmente estão aqui. Eu espero que a gente possa continuar nossa luta através da Justiça, através da política, mas uma coisa é clara, a luta não para e vocês já deram um exemplo de muita mobilização. E só iremos parar quando tivermos a vitória, e a vitória é a implantação do piso, melhores condições de trabalho, melhor condição de vida para os trabalhadores e trabalhadoras da enfermagem. Contem com o nosso mandato, contem com a nossa luta”.

Em aparte, o Sr. vereador Junio Leandro disse: “Companheiro Marcos Henriques, nesse momento eu confesso a vossa excelência que estou com um embrulho dentro de mim. Sou profissional de saúde, já estive por diversas vezes brigando, fazendo luta aí desse lado do vidro e sei o quanto é ruim a gente querer entrar na casa do povo e às vezes ser vetado. Votei a favor pela enfermagem, votei pela derrubada do veto, defendendo a enfermagem, sou profissional de saúde, minha enfermeira está aqui, a enfermeira do meu PSF está ali, e jamais eu fugirei da luta dos profissionais de enfermagem. Eu estive em Brasília e estive na rua. Votei pela derrubada do veto e votarei quando vier para cá e eu quero dizer a vocês o seguinte, a luta não acabou e a gente pode votar sim uma realocação orçamentária e eu não vejo nada demais o município, através de uma realocação, garantir o pagamento desse piso até que Brasília mande esses recursos. Então, dizer aos companheiros, Marcos, que a gente vai se unir, a gente está unido nesta pauta aqui porque é mais que merecido. Nessa Casa foi votado voto de aplauso, voto de aplauso não é reconhecimento, reconhecimento é remuneração. Eles merecem. Tem técnico de enfermagem que não chega nem a um salário mínimo quase. Poderia sim, através da derrubada desse veto ser garantido o pagamento deste piso. Então, dizer para vocês pessoal que através de uma realocação orçamentária a gente pode garantir sim esse pagamento. E pode ser mandado para essa Casa na próxima semana se for votado uma realocação para garantir o pagamento. Eu acho justo, não há nada demais nisso. Eu jamais me refuterei a uma luta de profissional de enfermagem. Estive na rua e estarei onde vocês estiverem para defender”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu acho que vale neste momento a gente reunir as entidades, Coren, sindicatos e ver o que fazer daqui para frente porque está provado que a gente tem um caminho a percorrer. Dr. Aluizio Bezerra deve dar o parecer nos próximos dias, espero que seja favorável, se for favorável está resolvido o problema. Caso não seja favorável, aí nós temos que ver um calendário de mobilização, um calendário de luta, um diálogo com a população de João Pessoa e essa categoria quando se junta a gente sabe que muita coisa haveremos de fazer. Então, fica aqui o meu pedido, inclusive, de paciência. Vamos fazer a nossa mobilização de maneira efusiva agora sem exageros porque eu acho que a gente vai precisar desta Casa para gente poder votar nossas leis e muito embora nós estejamos decepcionados com essa votação de hoje, que hoje foi um dia muito triste, hoje foi um dia muito triste. Essa votação de hoje mostrou toda uma forma extemporânea, uma forma de desrespeito a essa categoria e cada um sabe o que votou aqui e é



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

importante que vocês possam perceber quem está contra e quem está a favor da enfermagem. Era isso que tinha hoje. Muito obrigado”.

2º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Carlão, disse: “Eu queria trazer só uma fala aos profissionais da enfermagem que aqui se encontram hoje, trazer uma análise, uma perspectiva dos acontecimentos. Há um tempo atrás, os profissionais da enfermagem e da medicina eram tidos como heróis, heróis, heróis da pandemia. E hoje, infelizmente, o reconhecimento do salário não nasce, não surge. Hoje, a votação foi feita na queda de emendas propositivas. Bem, o que é que eu quero trazer aqui? A ausência das emendas propositivas dos vereadores, a importância desses profissionais serem reconhecidos, a importância do piso salarial ser apresentado, a necessidade desse piso salarial como reconhecimento ao feito desses profissionais no tempo de pandemia. Poderia ter sido feito um gesto, era um gesto que o Poder Executivo poderia ter feito aos profissionais, infelizmente veio um veto. A gente sabe muito bem tecnicamente o que acontece quando emendas propositivas são negadas, pode entrar dentro do orçamento ou não. A gente sabe muito bem que esses profissionais precisam, necessitam de um gesto, de um reconhecimento, infelizmente não foi dado. Existe um princípio de dignidade da pessoa humana. Esse princípio, que é garantia constitucional, precisa ser materializado no salário, no reconhecimento dos recursos, na manutenção de suas famílias, e a gente vê que isso não acontece. Quero deixar aqui minha solidariedade aos profissionais da enfermagem, dizer que votei contra esse veto porque eu acredito que esse princípio da dignidade da pessoa humana precisa ser materializado com salário, ele precisa ser revertido em recursos para sustentar suas famílias, as suas casas, pagar as suas contas. Deixo aqui minha solidariedade a esses profissionais e dizer que coloco meu mandato à disposição para dialogar, não para quebrar, não para destruir, mas para dialogar, para que a gente possa encontrar um meio termo. Queria deixar aqui uma mensagem também a todos esses profissionais: foi o governo federal passado que aprovou a lei do aumento do piso salarial. Cabe agora os gritos que estão sendo dados aqui na Câmara de Vereadores serem mais altos para chegar lá em Brasília, no Presidente que boa parte dessa classe ou dessa categoria aprovou. Cabe agora aos profissionais de enfermagem entrarem em contato com seu chefe do Executivo, com o presidente Lula, que tem uma familiaridade, ou uma sensibilidade com os sindicatos, para que haja reconhecimento desses salários. Votaram para isso, se votaram neste Presidente para isso, está na hora desses sindicatos se juntarem, irem até Brasília, conversarem com seu Presidente para que seja enviado o recurso para que a Prefeitura possa pagar esses salários. Deixo aqui essa breve explicação porque não adianta a gente fazer só um debate ideológico. Se vocês querem essa remuneração, vamos reivindicar a esse Governo Federal que está lá, que tanto é pelo sindicato, pelos trabalhadores, que entenda a importância da enfermagem hoje para João Pessoa, para a Paraíba e para o nosso Brasil. Mas, Presidente, eu quero dar continuidade a minha fala e dizer que hoje foi derrubado um requerimento onde se criava uma comissão para tratar sobre a engorda das praias do litoral de João Pessoa. Isso trouxe um grande temor à população. Várias categorias se juntaram, procuraram os vereadores, procuraram a mim querendo saber de que maneira ia ser feita essa engorda, porque houve casos de sucesso, mas existem também casos trágicos, e a gente precisa estar alerta. O que deve ser tampado não deve ser as praias, e sim os buracos das ruas. É preciso que a gente tenha muita atenção ao que foi dito, o risco que nós corremos é muito sério. A criação de uma comissão para tratar sobre a engorda das praias é essencial, chamar conselhos de arquitetura, de engenharia, trazer os órgãos que defendem o meio ambiente, a gente precisa entender o que é que o Prefeito quis dizer quando ele disse que ia fazer esse alargamento, essa engorda das praias. A gente quer saber, a cidade está querendo entender, mas, até onde eu sei, nem projeto de lei tem. Então, esse é o melhor momento de se fazer uma comissão na Câmara de Vereadores e fica aqui a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

minha mensagem ao Prefeito da cidade. É necessário que agora a gente faça essa comissão de vereadores, chame os conselhos, as defesas do meio ambiente, a Marinha, o capitão dos Portos tem que ser consultado, para que a gente possa chegar ao melhor debate, para que não haja risco à cidade de João Pessoa, ao turismo da cidade de João Pessoa, aos empregos da cidade de João Pessoa e, mais ainda, para que nossas praias não se tornem um deserto. A gente precisa estar atento. A fala que foi feita pelo Prefeito, a título de solução para que esse desabamento da barreira do Cabo Branco seja reduzido, trouxe um grande temor à cidade, e a cidade quer saber o que é que está acontecendo. De onde veio isso? Que ideia foi essa? Por que fazer isso? Como fazer? Os recursos que serão aportados, vai se tirar dinheiro de onde? A gente precisa entender e compreender aonde a gestão da Prefeitura quer levar a cidade de João Pessoa. Fica aqui a minha preocupação, a minha atenção, e lá na frente, depois do debate feito, eu espero poder concordar, depois da aprovação pela cidade, aprovação dos órgãos do Meio Ambiente, depois da aprovação pela Marinha do Brasil, de que o mais prudente, o mais ecologicamente correto seria a gente tornar um plano de viabilidade para a manutenção da barreira das praias e com isso fazer com que nossa cidade continue sendo o primeiro sol que brilha no Brasil, João Pessoa. Muito obrigado, Presidente”.

4 ENCERRAMENTO

Às 11h47, na presidência, o Sr. vereador Bosquinho declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 2023.

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho

Presidente da Mesa

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira –
Marcílio do HBE

Primeiro-Secretário

C Ó P I A



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS